

1T (FN) Rodrigo Marques da Silva Gonçalves
marques.goncalves@btlllog.mar.mil.br

Fuzileiros Navais nas missões de paz de caráter naval: o caso UNIFIL

Heranças da Brigada Real da Marinha de 1808

(...) devendo ser próprias, particularmente, para defenderem as embarcações de guerra e para fazerem algum ataque (...)

Trecho do alvará de criação da Brigada Real da Marinha

Em 28 de agosto de 1797, D. Maria I de Portugal, por meio de um alvará, decidiu criar a Brigada Real da Marinha, composta por “artilheiros marinheiros, fuzileiros marinheiros, artífices e lastradores marinheiros”. Vislumbrava-se, então, a criação de uma tropa profissional capaz de ser transportada em meios navais, executar atividades de segurança de instalações navais e embarcações e ser projetada a fim de realizar operações de caráter terrestre. O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) originou-se dessa Brigada, cujos componentes aportaram no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, guarnecendo as naus utilizadas para transmigrar a Família Real e a corte portuguesa, em decorrência das guerras napoleônicas.

Semelhante às atividades realizadas por aqueles combatentes anfíbios de outrora, um Destacamento de Fuzileiros Navais embarcou na Fragata União, primeiro navio da Marinha do Brasil incorporado à Força-Tarefa Marítima da *United Nations Interim Force in Lebanon*¹ (UNIFIL). Com tarefas que confirmam as vocações consolidadas ao longo de nossa história, o CFN contribuiu de modo bastante pertinente não só de acordo com o preconizado em sua doutrina, mas também como meio de confirmar seu *status* de parcela intrínseca e indissociável do Poder Naval.



Figura 1: Brigada Real da Marinha na chegada da Família Real no Brasil
Fonte: O Anfíbio (2008)

¹ UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano.

Líbano: um quadro pintado a várias mãos

Pobre nação dividida em fragmentos, em que cada fragmento se julga uma nação.

Khalil Gibran, *O jardim do profeta*

Entre os países do Oriente Médio, o Líbano talvez seja aquele com a composição etnorreligiosa mais complexa de todos. Pode-se encontrar as origens de tamanha diversidade cultural e de crenças na ocupação desta região por diversos povos ao longo de sua história. Os fenícios, primeiros habitantes da “terra dos cedros”², por si só não possuíam uma identidade nacional que os fizessem parte de um estado coeso. Várias cidades do atual Líbano como Tiro, Biblos, Sidon e Beirute já existiam, porém eram cidades muradas independentes e que se relacionavam somente por meio do comércio, principalmente o marítimo.

Esta falta de coesão na região talvez tenha sido um dos facilitadores para os diversos períodos de dominação e consequentes acréscimos de marcas culturais. A partir de 1200 a.C., sucederam-se os assírios, babilônios, persas, romanos, bizantinos, otomanos e franceses.

Hoje, o Líbano é um país com aproximadamente 10.450 km² e sua população de 3.8 milhões de habitantes é quase igualmente dividida entre muçulmanos e cristãos. A grande diferença se faz no ponto em que esses dois grupos religiosos também se subdividem entre sunitas, xiitas, drusos, alauítas, maronitas, ortodoxos e católicos. Tal diversidade religiosa foi fator gerador de conflitos civis e atualmente exerce grande influência na composição político-administrativa do país através do “confessionalismo manifesto”. Sob a forma de uma República Parlamentarista, o poder é partilhado entre os grupos religiosos majoritários, de forma que: o cargo de Presidente da República é sempre destinado a um cristão maronita; o de Primeiro-Ministro a um sunita; e o de Presidente do parlamento a um xiita. Mesmo para a distribuição de outros cargos do governo, é levada em consideração a crença para suas indicações. A instabilidade característica na região também é motivada por diversos outros fatores como os cons-

² *Cedrus libani*, conhecido como cedro do Líbano, é uma árvore imponente, nativa das montanhas da região mediterrânea, como Líbano, Síria Ocidental, Turquia centro-meridional e Chipre. O cedro é o símbolo nacional libanês, ostentado, inclusive, na bandeira nacional. Foi ainda o símbolo da Revolução dos Cedros (2005), além de ser adotado como insígnia de diversos partidos políticos do Líbano. Está também no brasão da Igreja Maronita, vertente da Igreja Católica libanesa. No Líbano e na Turquia é abundante principalmente em altitudes entre 1.000 e 2.000 m, onde constitui florestas puras ou mistas.

LÍBANO

(Principais Características)

DADOS PRINCIPAIS

Área:	10.400 km ²
Capital:	Beirute
População:	4.2 milhões de habitantes (2008)
Moeda:	libra libanesa
Nome Oficial:	República Libanesa
Nacionalidade:	libanês
Data Nacional:	22 de novembro (Dia da Independência)
Governo:	República Parlamentarista



GEOGRAFIA

Localização:	Oeste da Ásia
Cidade Principais:	Beirute, Zahlah, Tripoli, Sayda e Tyr
Densidade Demográfica:	404 hab./ km ²
Fuso Horário:	+ 5h
Clima:	Mediterrânico

DADOS CULTURAIS E SOCIAIS

Composição da População:	árabes libaneses 81%, árabes sírios 16,5%, árabes palestinos 1,5%, curdos e armênios 1%
Idioma:	árabe (oficial), francês, curdo e armênio
Religião:	islamismo 56,5%, cristianismo 36,3% (católicos 25,2%, ortodoxos 11,6%, protestantes 0,5%) e drusos 7,2%
IDH:	0,739 (2011)



ECONOMIA

Produtos Agrícolas:	frutas cítricas, uva, tomate, batata, tomate e tabaco
Pecuária:	bovinos, caprinos, ovinos, aves
Mineração:	minério de ferro e linhito
Indústria:	construção, cimento, joias, tecidos, produtos químicos e metalurgia
PIB:	US\$ 39.25 bilhões (estimativa 2010)
Renda per capita:	US\$ 14.400 (estimativa 2010)
Força de trabalho:	1.48 milhão de trabalhadores



Figura 2: Principais características do Líbano

Fonte: sítio Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADbano>)

tantes incidentes na fronteira com Israel, a presença dos campos de refugiados palestinos, a influência exercida por Síria e Irã e a existência de grupos armados, tais como: Fatah, Hamas e, principalmente, o Hezbollah, que hoje é um partido político oficializado e conta com a simpatia de grande parte da população.



Figura 3: Da esquerda para direita: Hassan Nasrallah (líder do Hezbollah), Bashar al-Assad (presidente da Síria) e Mahmoud Ahmadinejad (ex-presidente do Irã).
Fonte: sítio Alakhbar (<http://english.ak-akhbar.com/node/1277>)

A UNIFIL

Na noite de 14 de março de 1978, Forças de Israel invadiram o sul do Líbano em resposta aos constantes ataques reivindicados pelos integrantes da Organização para Libertação da Palestina (OLP). Atendendo às solicitações do governo libanês, que alegava não ter nenhum envolvimento nas ações praticadas pelos grupos armados palestinos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu as resoluções 425 (1978) e 426 (1978) em 19 de março, que estabeleciam um cessar-fogo e a retirada imediata das Forças Armadas Israelenses de todo o território do Líbano. Decidiu também quanto ao estabelecimento da UNIFIL, cujas tarefas eram as seguintes: confirmar a retirada das forças israelenses; restabelecer a paz e a segurança internacionais; e auxiliar o governo do Líbano em garantir o retorno da sua efetiva autoridade na área. As primeiras tropas da UNIFIL chegaram em território libanês em 23 de março de 1978.

Em junho de 1982, Israel invadiu novamente o Líbano, chegando até Beirute. Durante três anos, a UNIFIL manteve suas atividades limitadas à proteção da população local e ao fornecimento de ajuda humanitária. Em 1985, as Forças Israelenses realizaram a desocupação parcial do território libanês, mantendo o controle de uma área no sul do Líbano juntamente com a milícia autodenominada Exército do Sul do Líbano (ESL), composta por dissidentes das Forças Armadas Libanesas e, majoritariamente, por cristãos maronitas. O ESL, comandado pelo General Saad Haddad, foi ostensivamente patrocinado por Israel e realizava constantes ataques contra a Força de Paz.

Em 16 de maio de 2000, após repetidas tentativas de persuadir Israel a deixar as áreas ocupadas, o Secretário-Geral da ONU recebeu uma notificação anunciando a retirada das forças israelenses do território libanês.

Até 2006, apesar de alguns incidentes nas proximidades da chamada *Blue Line*³ e de violações do espaço aéreo e marítimo, a situação mantinha-se relativamente calma. Porém, em julho daquele ano, integrantes do Hezbollah lançaram foguetes contra Israel, atravessaram a fronteira, sequestraram e assassinaram soldados israelenses. Tais eventos motivaram uma represália considerada

³ A Área de Operações Terrestre da UNIFIL é demarcada ao norte pelo Rio Litani e ao sul pela *Blue Line*, fronteira entre Líbano e Israel.

desproporcional por grande parte da opinião pública, visto que as forças israelenses realizaram intensos bombardeios sobre o Líbano, causando a morte de inúmeros civis.



Figura 4: Rio Litani ao norte e *Blue Line* ao sul
Fonte: sítio Wikipédia ([http://en.wikipedia.org/wiki/Blue_Line_\(Lebanon\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Blue_Line_(Lebanon)))

Em 11 de agosto de 2006, após constantes negociações, o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 1701 (2006), que estabelecia a cessação das hostilidades pelas partes envolvidas. O efetivo da UNIFIL, então composto por 2.000 militares, sofreu um acréscimo de 13.000 capacetes azuis.

Outra mudança significativa foi a decisão de, pela primeira vez, incluir uma Força-Tarefa Marítima em uma Missão de Paz da Organização das Nações Unidas.

A Força-Tarefa Marítima

A Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL foi criada mediante solicitação do Primeiro-Ministro libanês, Fouad Siniora, em setembro de 2006, ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Com o propósito principal de auxiliar a Marinha libanesa a impedir a entrada de armamento não autorizado por vias marítimas, a FTM é composta atualmente por nove navios de seis bandeiras distintas, sendo três da Alemanha, dois de Bangladesh, um do Brasil, um da Turquia, um da Indonésia e um da Grécia. Em fevereiro de 2011, o então Contra-Almirante Luis Henrique Caroli assumiu o comando da Força, passando o Estado-Maior a ser integrado em sua maioria por oficiais e praças da Marinha do Brasil. Com a finalidade de tornar-se o capitânia, a Fragata União incorporou-se à FTM em novembro do mesmo ano, dando maior capacidade de comando e controle aos militares do Estado-Maior e conferindo ao Brasil maior notoriedade no âmbito da ONU e no cenário internacional.

A Área de Operações Marítima⁴ (AMO) estende-se por toda a costa libanesa e seu limite exterior localiza-se a aproximadamente 45 milhas náuticas de terra. Os navios da FTM, posicionados em quatro zonas diferentes, realizam atividades de Interdição Marítima⁵ (MIO). A

⁴ AMO: *Area of Maritime Operations* - seus limites norte e sul coincidem respectivamente com o prolongamento das fronteiras terrestres com a Síria e Israel. Exceção se faz no limite sul, visto que foi demarcada uma linha por boias (*buoy line*), onde a Marinha israelense mantém a presença de navios militares a fim de negar o uso dessa área por qualquer outra embarcação.

⁵ A Doutrina Básica da Marinha não contempla as Operações de Interdição Marítima (*Maritime Interdiction Operations-MIO*), no entanto, navios da Marinha do Brasil, incorporados a forças multinacionais, seja em exercícios conjuntos, seja no caso da UNIFIL, realizam este tipo de Operação. De acordo com a Publicação ATP-71 da NATO, engloba medidas de interceptação por via marítima do movimento de certos itens para dentro ou fora de uma nação ou área específica. As MIO, normalmente, restringem-se à interceptação e, se necessário, ao apresamento dos navios para verificar, redirecionar ou apreender suas cargas em proveito da aplicação de sanções econômicas ou militares.



Figura 5: Fragata União
 Fonte: sítio Poder Naval (www.naval.com.br)

rotina diária consiste basicamente na interrogação dos navios mercantes que apresentam intenção de demandar os portos libaneses, a fim de indentificar

aqueles suspeitos de transportar armamento não autorizado. Quando no mar, a Fragata União assumia a função de MIO *Commander*, ficando responsável por compilar as informações dos navios mercantes presentes na AMO e, mediante a análise de determinados critérios, sugerir à Marinha libanesa (*Lebanon Armed Force Navy*⁶ - LAF Navy) que fosse realizada inspeção da carga das embarcações suspeitas. A FTM também possui a atribuição subsidiária de realizar adestramentos e exercícios em conjunto com embarcações da LAF-Navy.



Figura 6: Área de Operações Marítimas
 Fonte: apresentação *Induction Training*, pelo Oficial de Operações da FTM, Lieutenant Commander Hoffman da Marinha Alemã

O Destacamento de Fuzileiros Navais embarcado na Fragata União: traços da Brigada Real da Marinha de 1808

Além de sua própria tripulação, à Fragata União foram incorporados um Destacamento Aéreo Embarcado (DAE), um Destacamento de Mergulhadores de Combate (DstMeC) e um Destacamento de Fuzileiros Navais (DstFN). Composto por um oficial e dezoito praças, de acordo com a Ordem de Operação Líbano-I, ao DstFN cabiam as seguintes tarefas:

- realizar atividades de vigilância de perímetro externo do navio, quando atracado nos portos estrangeiros, em complemento à segurança orgânica; prover o guarnecimento do Grupo de Reação a Ameaças Assimétricas⁷ (GRAA);
- realizar ação de Proteção de Força (*Force Protection*); e
- reforçar a segurança de instalações em terra.

Devido ao curto espaço de tempo (aproximadamente 10 dias) entre a seleção dos militares e o suspender do navio na Base Naval de

⁶A LAF-Navy é subordinada ao comando das Forças Armadas libanesas.
⁷A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente. A assimetria refere-se ao desbalanceamento extremo de forças. Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate. Os atos terroristas, os ataques aos sistemas informatizados e a sabotagem são algumas formas de guerra assimétrica.

Mocanguê, a preparação para o desempenho das tarefas do DstFN se desenvolveu do início do deslocamento para a Área de Operações até a incorporação da Fragata à FTM. Neste período, foram realizados exercícios de guarnecimento do GRAA, tiro com Mtr 12,7 mm, familiarização com a vida de bordo, principalmente com aspectos relacionados a procedimentos em caso de incêndio ou alagamento. Já em Beirute, ao longo de uma semana, foram ministradas aulas por oficiais do Estado-Maior da FTM, durante as quais eram apresentados dados de inteligência, composição da Força-Tarefa e procedimentos administrativos.



Figura 7: Destacamento de Fuzileiros Navais
 Fonte: o autor (2012)

O Grupo de Reação a Ameaças Assimétricas

Das atividades desempenhadas pelos Fuzileiros Navais, destacaram-se o guarnecimento do GRAA e as escoltas dos deslocamentos motorizados em terra.

Devido à aproximação do litoral agravar a vulnerabilidade das unidades e forças navais em face das ameaças assimétricas; devido a tais ameaças serem, em geral, oriundas e mais fáceis de operar a partir de terra, acrescidas das limitações de movimento dos navios e da dificuldade em operar seus sensores e sistemas de armas, e pelo menor alarme antecipado em virtude da proximidade do litoral, sempre que o navio se encontrasse a uma distância de até 12 milhas náuticas do continente, o DstFN guarnecia as estações do GRAA. Para contrapor ataques provenientes, principalmente, de embarcações miúdas, cada dupla de fuzileiros navais operava uma das quatro Mtr 12,7 mm, sendo duas no “convés-boroc”, na proa, e as outras duas no “covés-chaff”, na popa. Um militar em cada estação portava Mtr 5,56 mm MINIMI e tinha por atribuição empregar este armamento em caso de pane ou necessidade de realimentação da Mtr 12,7 mm. O encarregado do GRAA posicionava-se no passadiço, de forma que pudesse visualizar a quase totalidade do entorno do navio e comunicar-se diretamente com a manobra. Os comandos de tiro eram oriundos diretamente do encarregado, por meio da utilização de Equipamentos de Comunicação portáteis *motorola*, com o auxílio de rádio-operadores. Inerente às Missões de Manutenção da Paz, o conceito de Uso Gradual da Força foi evidenciado no planejamento dos armamentos a serem utilizados, por meio da inclusão dos não letais. Na Fragata União, ao lado do Passadiço, foi instalado um *Long Range Acoustic Device* (LRAD), equipamento capaz de emitir mensagens sonoras de longo alcance e também ruídos com potência suficiente para causar desconforto à audição humana. Ao verificar a presença de embarcações nas proximidades do navio, o LRAD era empregado para transmitir mensagens de advertência em dois idiomas: inglês e francês. Quando atracado, para guarnecimento dos postos de segurança à popa do navio, os militares portavam Pistolas Taser com munições que produzem descarga elétrica quando em contato com o alvo.



Figura 8: Operadores da Mtr 12,7 mm no “convés-chaff”
Fonte: o autor (2012)

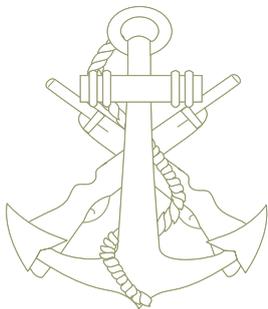
Quando em terra, o DstFN provia a escolta dos deslocamentos motorizados dos militares do Estado-Maior da FTM, principalmente nos itinerários compreendidos entre Beirute e Naqoura, cidade no sul do Líbano, onde se localiza o quartel-general do *Force Commander*.

Referências

1808: o histórico desembarque. *O Anfibio*, Rio de Janeiro, n. 26, ano XXVII. Ed. Especial 2008.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, DF, 2004.

POGGIO, Guilherme. **Fragata ‘União’ novamente rumo ao Líbano**. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/tag/fragata-uniao-f-45/#axzz2eLAIKkOP>. Acesso em: 25 ago. 2013.



CT (FN) Marco Antonio Nepomuceno da Costa Filho
mancl@yahoo.com.br

Reconhecimento Blindado: uma visão da doutrina americana

Das Origens aos Dias Atuais

“Chega o momento em que se torna necessário lutar por informação e os elementos de reconhecimento devem ser fortemente apoiados. Deve haver também comunicação entre eles e seus apoios” (NORMAN, 1911). A frase citada, de autoria do Coronel Inglês William Wylie Norman em sua obra *Cavalry Reconnaissance*, sintetiza algumas das bases mais importantes da doutrina que se desenvolveria significativamente ao longo do século XX, a qual tem sua origem em centenas de anos de emprego de elementos a cavalo que não dispunham de tecnologia de comunicações para proverem informações com rapidez. Três anos após o lançamento da publicação supracitada, o primeiro blindado seria empregado eficazmente em combate, quando o Exército belga utilizou o Minerva na I Guerra Mundial (1914-1918).

A necessidade de obter informações precisas sobre o inimigo e o terreno, aliada à mobilidade dos cavalos, deu origem às missões de

reconhecimento (Recon) e tornou os elementos esclarecedores¹ um importante componente da Cavalaria. Registros históricos datados do século XIV já relatam o sucesso do emprego de exploradores pelos britânicos em campanhas contra espanhóis e franceses. Quatro séculos se passaram e a grande experiência colhida pelos ingleses voltou-se contra eles, uma vez que teve significativa importância na formação dos “Dragoons”², que lutaram pela independência dos Estados Unidos. Esses foram os precursores da Cavalaria Americana, que teria futuramente participação decisiva na sua Guerra Civil (1861-1865) e, principalmente, na posterior expansão territorial para o oeste.

¹ Aventureiros a cavalo enviados às posições próximas aos inimigos com a finalidade de obterem informações a respeito do terreno e inimigo.

² Primeiras unidades montadas dos EUA, formadas em 1777, que lutaram nas principais batalhas durante a Guerra de Independência (1775-1783). No século XIX, deram origem à 1ª e 2ª Cavalaria.